

Água e Semiáridos: Estratégias de Resistência Camponesa

Carlos Magno de M. Morais*

Temos assistido nos últimos anos uma mudança no perfil das chuvas no Brasil, sobretudo na região semiárida brasileira. Essas mudanças têm efeitos cumulativos na população que está no campo, mas também que está nas cidades. Ocorrendo de diversas formas, seja na diminuição geral das chuvas, ou mesmo na variabilidade delas, o que significa que em um único dia chove o que deveria chover em dois meses, ou mesmo chove apenas em pequenas áreas isoladas e a maioria permanece seca.

Esta diminuição da água no ambiente tem impactado de forma silenciosa a produção de alimentos, que historicamente tem se mantido pela produção de “sequeiro”, que é o plantio somente nas épocas das chuvas, uma característica geral dos sistemas produtivos da agricultura familiar camponesa no Semiárido brasileiro.

Há impactos na diminuição da agrobiodiversidade dos ecossistemas que, tendo a água como elemento fundamental à vida, ocasiona reduções da flora e da fauna. Tudo isto tem um impacto direto nas economias locais que sofrem com o desabastecimento dos mercados locais, diminuição das ofertas, aumento de preços dos alimentos e conseqüentemente aumento das remessas de dinheiro, que antes circulavam dentro dos territórios e agora começam a ser carregados para fora.

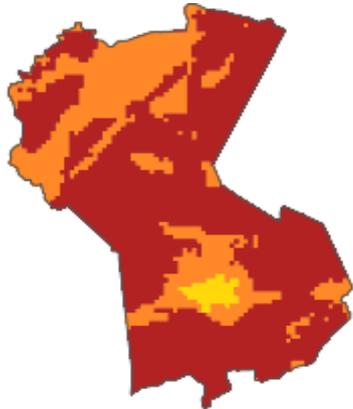
Um exemplo aconteceu no Ceará no ano de 2010, quando o preço do feijão atingiu o maior valor dos últimos cinco anos. E em 2012, em Pernambuco quando as perdas com milho e feijão alcançaram 98%.

Outra problemática aliada a este processo é o avanço da desertificação, fenômeno que corresponde à transformação de uma área em deserto. Segundo a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, este fenômeno é “a degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas”. Estudo realizado em 2013 pela Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado “A Economia da desertificação, da degradação e da seca” aponta que até 5% do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola mundial é perdido anualmente por causa da degradação e desertificação do solo.

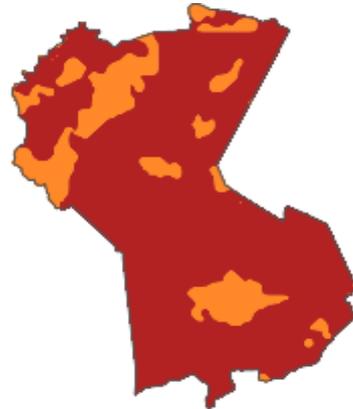
Neste levantamento de dados dos municípios de Caruaru e Surubim, na região Agreste, e Serra Talhada e Ouricuri, no Sertão, em Pernambuco, constatamos um aumento do Índice de Área Ambientalmente Susceptível (IAS), a partir do Sistema de Alerta Precoce Contra Desertificação (SAP), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Esta ocorrência foi entre os anos 2000 e 2010, nos quatro, percebemos que houve aumento do IAS ao longo desse período, isto significa que as terras estão

menos produtivas, o solo está de pior qualidade, o clima piorou e as condições objetivas de produção também, impactando, inclusive, na qualidade de vida das pessoas. Essas variáveis são as utilizadas para calcular o índice.



Caruaru, IAS - 2000



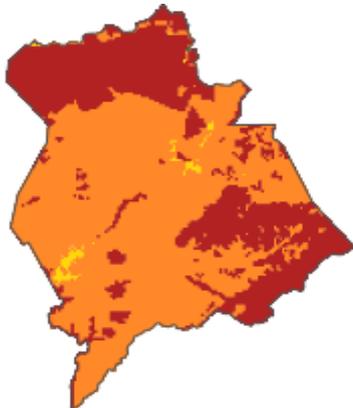
Caruaru, IAS - 2010



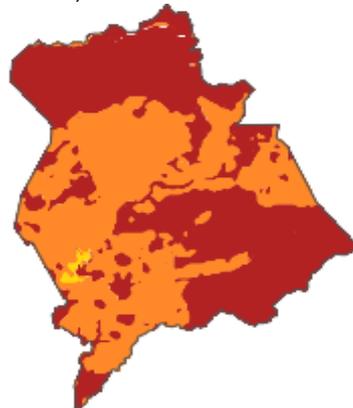
Surubim, IAS - 2000



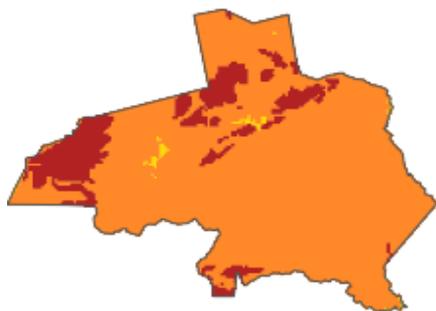
Surubim, IAS - 2010



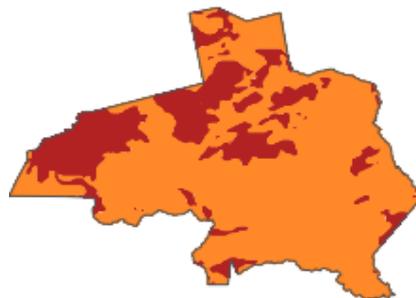
Serra Talhada, IAS - 2000



Serra Talhada, IAS - 2010



Ouricuri , IAS - 2000



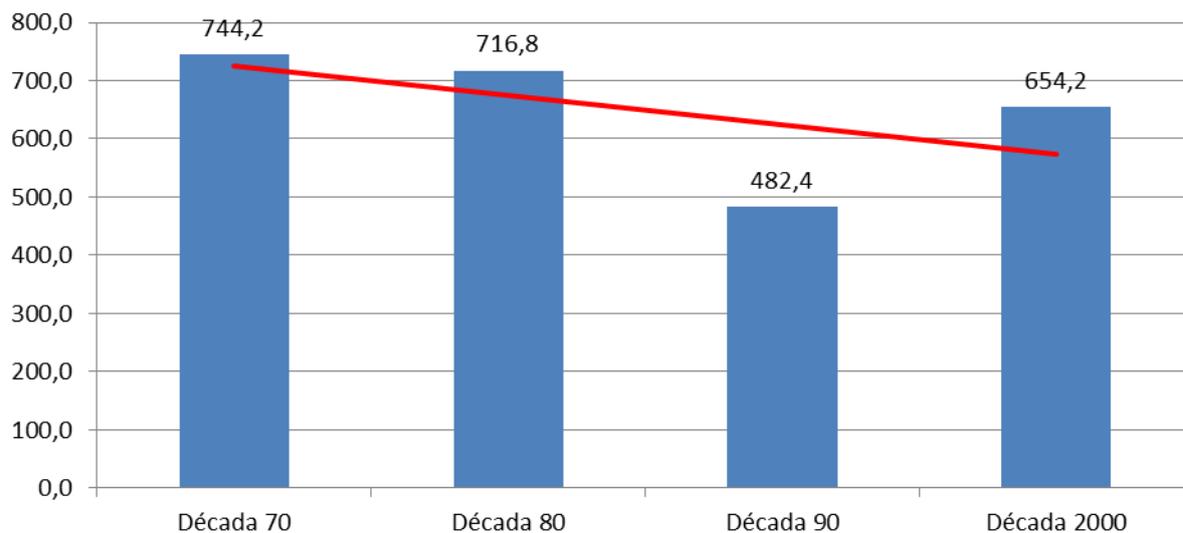
Ouricuri , IAS - 2010



Os meios de comunicação vêm noticiando que a atual estiagem, que já dura quatro anos, é a maior dos últimos 50 anos. No entanto, ao pesquisar os municípios de Caruaru e Surubim, no Agreste Central e Setentrional e Serra Talhada e Ouricuri no Sertão Central e Araripe, de Pernambuco, através de dados da Agência Pernambucana de Água e Clima (APAC), constatamos que a as chuvas vem diminuindo há 40 anos. Ou seja, estamos sentindo agora os efeitos da estiagem de forma mais aguda, como reservatórios totalmente secos, colapso nas cidades, baixíssima produção de alimentos pela agricultura.

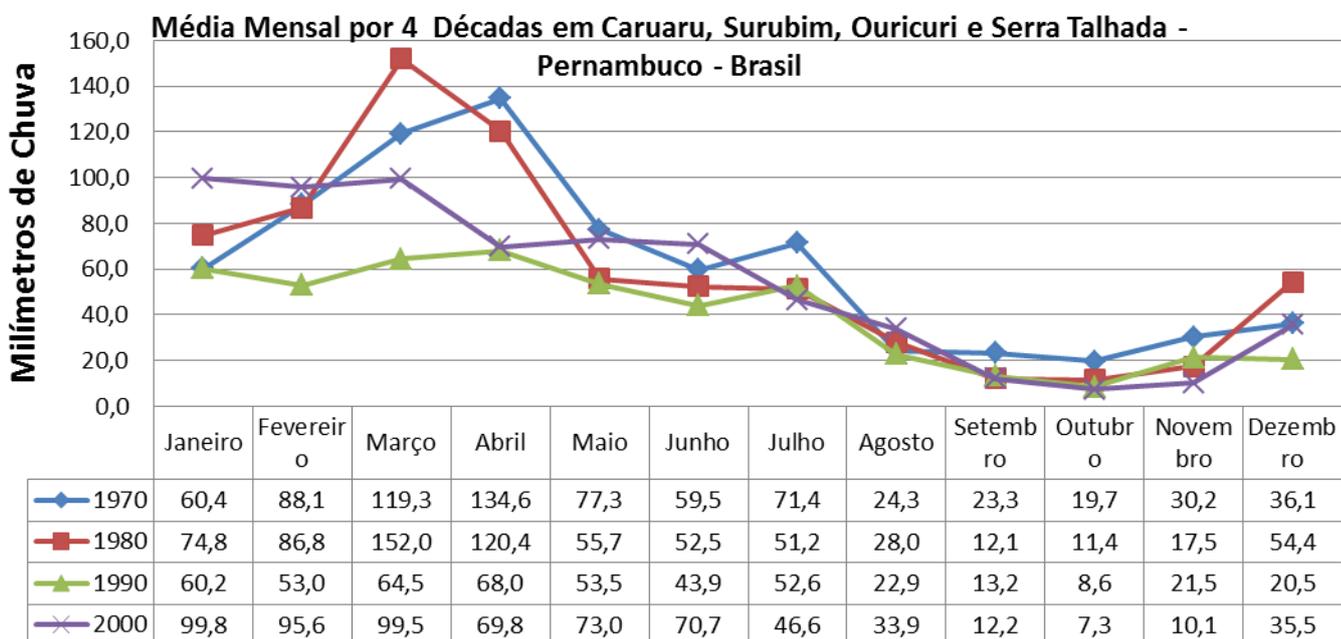
A diminuição e o aumento da irregularidade vem acontecendo há muito tempo e aos poucos essa nova dinâmica vem sendo incorporada pela população de forma natural, sem se darem conta dos prejuízos que estão gerados com isto, sobretudo pela diminuição na produção de alimentos.

Média de chuvas em 4 Décadas em Caruaru, Surubim, Ouricuri e Serra Talhada - Pernambuco - Brasil



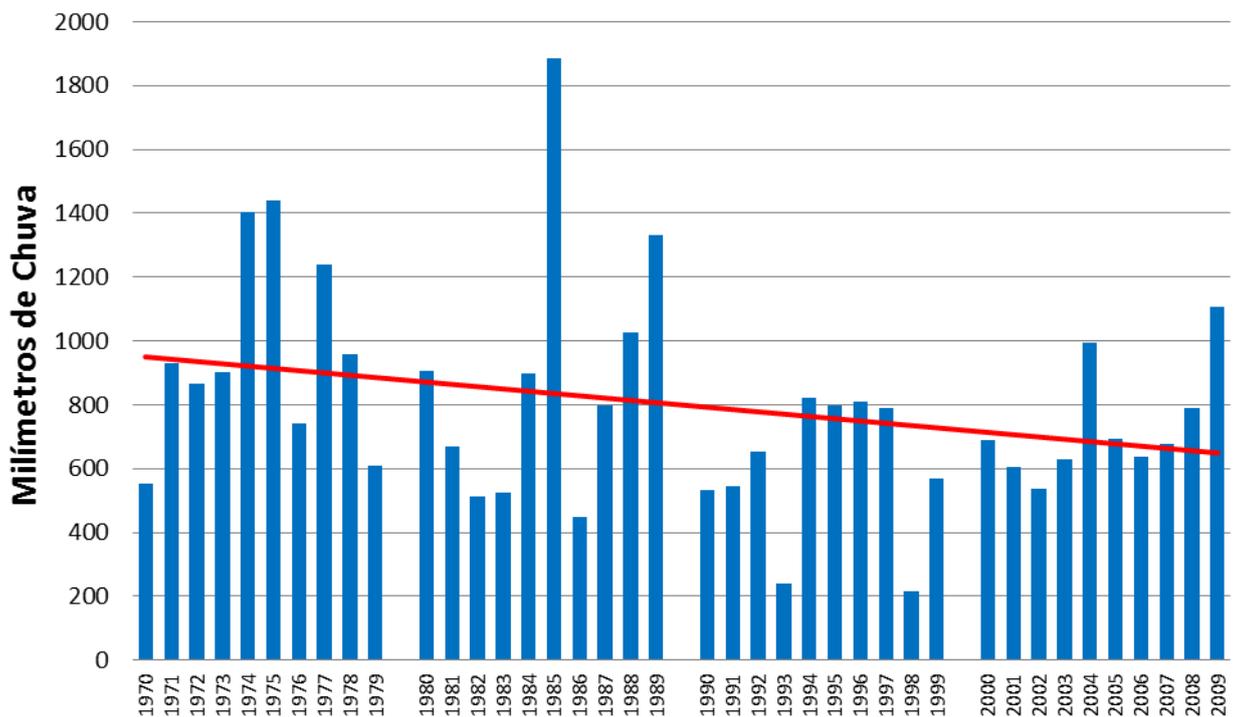
Fonte: Agência Pernambucana de Água e Climas – APAC

Observamos que a linha de tendência linear do gráfico está descendo de forma muito acentuada, demonstrando a diminuição gradativa dos índices pluviométricos nestes quatro municípios.



Fonte: Agência Pernambucana de Água e Climas - APAC

Média Histórica de Chuvas - Serra Talhada/Pernambuco - Brasil



Fonte: Agência Pernambucana de Água e Climas - APAC

Neste último gráfico do município de Serra Talhada, em Pernambuco, percebemos que ao longo das décadas há uma diminuição muito perceptível do nível de chuvas. Com um olhar mais atento, observamos que na década de 70, com exceção apenas do primeiro ano, todos os anos alcançaram 600mm/anuais. Nas décadas subsequentes, inclusive a década de 80, onde as chuvas começam a variar mais. Isto é, antes havia uma regularidade constante, o que por consequência fazia que a prática da agricultura fosse algo menos arriscada e melhor planejada. Há uma crença popular na região semiárida que diz que se planta em no dia de São José e se colhe no São João, essas duas datas estão relacionadas ao início do período de chuvas em 19 de março e o final do período em 24 de junho. No entanto, esse costume tem perdido sua credibilidade, porque cada vez mais essa relação plantar-colher tem sido dificultada pela falta de água e da sua regularidade, impactando diretamente as atividades da agricultura camponesa no Semiárido, que mantém sua principal fonte de alimentação e renda de cultivos anuais e criação de animais.

Escutamos que as mudanças climáticas podem deixar a terra mais quente, principalmente nas áreas semiáridas e nos países da região Sul da Terra, abaixo da Linha do Equador, onde os prejuízos são maiores porque a agricultura é uma das principais fontes de recursos para esses países, o que significa dizer que os impactos desta crise de chuvas serão muito mais devastadores para as pessoas que menos contribuíram para o desencadeamento desta crise, se considerarmos que os países

que mais emitem poluentes estão no Norte e são os países mais ricos. Novamente iremos assistir um capítulo da história onde os mais prejudicados serão aqueles que menos causaram os problemas.

Experiências Camponesas

Na contramão, os camponeses e as camponesas têm construído experiências concretas e sido referências para as Políticas Públicas na Convivência com o Semiárido, como os Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Que consistem na mobilização dos povos do Semiárido para a construção de novas estratégias de convivência com a região, através de tecnologias de captação de água de chuva para consumo humano e para produção de alimentos, de intercâmbios das experiências entre os camponeses e camponesas. Tudo isso tendo como princípio norteador a Agroecologia.



Troca de Sementes Crioulas entre camponeses/as.

Esse programa juntos têm atingido diretamente em torno de 3 milhões e quinhentas mil pessoas, e tem sido de longe uma das experiências mais exitosas de convivência com o Semiárido e de construção de políticas na América Latina, sendo inclusive referência pra outros países como Bolívia, Argentina e Paraguai.



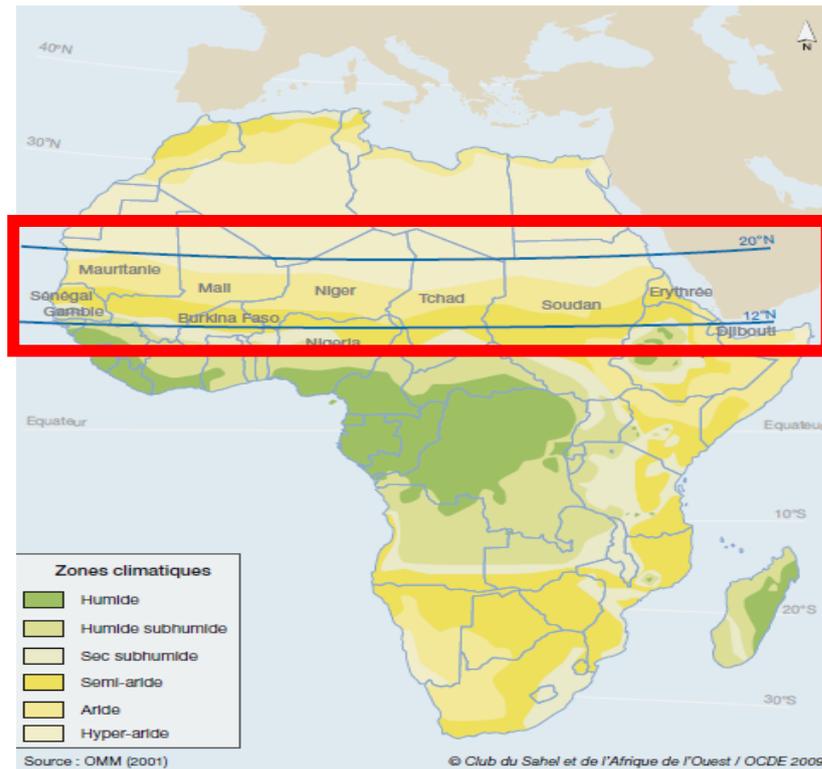
Agricultora mostrando a cisterna de 52.000L.

No entanto, os estudos e a própria natureza não tem deixado dúvida quanto o aumento gradativo da aridez desta região, portanto, precisamos avançar na consolidação desta política, assim como na construção de outras estratégias de convivência com o Semiárido, mudanças de padrões de produção e consumo e até consequentemente redesenho dos sistemas de produção agropecuários precisam fazer parte da agenda permanentemente na construção de políticas.

Algumas estratégias já praticadas milenarmente pela agricultura no mundo, como o uso de sementes crioulas, tem sido algo fundamental. Neste momento estão sendo preservadas e resgatadas no Semiárido brasileiro centenas de espécies e variedades de sementes crioulas que são utilizadas há séculos pelos camponeses e camponesas da região, constituindo do ponto de vista organizacional, os Bancos de Sementes Comunitárias, fornecendo a qualquer momento acesso dos agricultores e agricultoras a uma diversidade de sementes para a produção de alimentos.

Saberes do outro lado do Planeta

Outras experiências também nos chegam de outras partes áridas do mundo, como o uso de tecnologias muito simples diretamente construídas no solo, como acontece na região do Sahel, uma enorme área agropastoril na parte ocidental do continente africano, que atravessa seis países diferentes e que possui mais de 70% da população na zona rural, enfrentando ainda um dos problemas mais antigos e graves do mundo: a fome.



Fonte: Innovation Environnement Developpement – IED Afrique

Entre as estratégias estão os “Zai”, uma técnica tradicional de preparo do solo que consiste em buracos 20 a 30 cm de diâmetro e 10 a 15 cm de profundidade para recolher a água da chuva. A lógica é simples, a chuva que antes escorria pela terra fica presa nos buracos. Essa técnica consegue aumentar a produção de grãos na região em aproximadamente 60%, e hoje tem sido responsável pela reabilitação de milhares de hectares da região.



Fonte: Innovation Environnement Developpement – IED Afrique

Técnica também bastante difundida nessa região no continente africano é a – meia lua, que consistem em escavações semicirculares em áreas com até 3% de declive, que permitem concentrar água no solo, ao mesmo tempo em que retarda os efeitos da erosão, são utilizados cerca de 300 escavaçõespor hectare.



Fonte: Innovation Environnement Developpement – IED Afrique

Experimentos mais conhecidos como a técnica da curva de nível e a cobertura vegetal tem uma grande eficácia quando o resultado é retenção da umidade no solo. As tecnologias de captação de água de chuva já consolidadas precisam ser universalizadas e junto com todas estas técnicas precisam estar mais presente na dinâmica da assessoria técnica e extensão rural, sendo experimentadas e aprimoradas pelos agricultores e agricultoras na perspectiva de conviver melhor com o Semiárido que vem se tornando cada vez mais árido.

Os desafios estão postos para o futuro, precisamos urgentemente mobilizar pessoas, processos e instituições na construção de novos paradigmas, de uma sociedade que já está pagando um preço muito alto, em consequência de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração descontrolada dos recursos naturais.

Acreditamos que a Agroecologia pode nos dar respostas concretas na construção de uma nova sociedade. Pautada em valores humanos e na preservação dos recursos naturais garantindo que os bens comuns estejam disponíveis para as próximas gerações.

***Carlos Magno M. Morais** é Médico Veterinário e coordenador local do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Atua na área de Desenvolvimento Rural Sustentável, Agricultura Familiar, Agroecologia, Convivência com o Semiárido e Assistência Técnica e Extensão Rural.